

Notas e informações**O golpe final**

13 DEZ 1987

ESTADO DE SÃO PAULO

Desorganizando de vez a economia, o Plano Cruzado criou a imagem da abundância e da redistribuição de renda, ao estabelecer, pela *tablita* de então, um ganho monetário de 14,5% ao mês para quantos fossem devedores. Cuidando de dar ao povo a impressão de que a nova política econômica era, fundamentalmente, distinta e melhor (para os pobres) do que a posta em prática durante o regime militar, os dirigentes descuidaram, entretanto, de aspecto relevante: os investimentos. Para os economistas da desorganização econômica, não era preciso investir; bastava consumir para que todos pudessemos viver no paraíso. Quando o País acordou para a dura realidade, era tarde demais: a moratória havia afastado o Brasil dos mercados internacionais de capitais; os empresários tinham prudentemente deixado de investir num futuro incerto, e o Estado, aprisionado no abraço mortal da jibóia burocrática, não tinha mais como investir porque não sabia como administrar o déficit público.

O ministro Bresser Pereira, desde o primeiro momento em que assumiu suas funções, teve aguda consciência de que sem investimentos (o mais possível planejados) não haveria programa macroeconômico que resistisse aos primeiros embates. Sabia que o compulsório estabelecido por seu antecessor não era bastante nem mesmo para começar a forrar o fundo do buraco negro da galáxia burocrática. Por isso — reconheça-se que foi coerente desde o primeiro instante — insistiu que era mister fazer o Estado recuperar sua capacidade de investimento para que a economia pudesse crescer a taxas que estimava corretas.

Agora, a sociedade começa a perceber a maneira pela qual o ministro pretende fazer o Estado recuperar sua capacidade de investir. Teoricamente, poder-se-ia dizer que os investimentos deveriam decorrer de empréstimos que o Estado faria, os quais seriam subscritos pelos particulares, que transfeririam para o governo parte de seu excedente nas condições de mercado e de acordo com sua vontade. Esses empréstimos seriam liquidados, ao longo do tempo, pela maturação dos investimentos e pelo lançamento de novos impostos, que se somariam aos outros já existentes, mas que eram aplicados na cobertura das despesas de custeio e reinvestimento em setores que não requeressem novos e volumosos aportes de capitais. Esse seria o caminho normal se o Estado brasileiro gozasse de crédito e se o Executivo tivesse condições de administrar o déficit público. Como o Estado não tem crédito algum; como todos sabem que o Executivo não quer administrar o déficit público, pois os interesses eleitorais só tendem a aumentar a burocracia, e como a situação política não inspira confiança, pois não se sabe que tipo de sistema econômico estará em vigor em março, ou

setembro do próximo ano (em outras palavras, como o Direito não é racional nem previsível), esse caminho normal não pode ser seguido. Em vista disso, ao ministro Bresser Pereira só restou o caminho do despotismo oriental: se os particulares não querem investir, e se não têm a mais leve intenção de demonstrar confiança no governo, aumentem-se os impostos. O dinheiro que poderia ser transferido espontaneamente será arrecadado compulsoriamente; a livre vontade dos agentes econômicos será simplesmente ignorada e desrespeitada porque o Estado necessita recuperar sua capacidade de investir, e ponto final.

O "pacote" que se anuncia tem dois aspectos fundamentais para os quais convém atentar: 1) inibe os agentes econômicos, oferecendo-lhes apenas uma alternativa: ou fazem o que o ministro quer, ou pagam; 2) transfere para o Executivo massa tão brutal de dinheiro — retirada do setor privado — que o Estado passa a ser de fato o senhor de barão e cutelo do excedente econômico gerado nas atividades privadas. Ora, não é preciso ser formado em economia marxista pré-Gorbachev, como alguns professores que chegaram ao poder, para saber que no instante em que o Estado se apropria de maior parte do excedente econômico produzido pela sociedade ele é senhor — oriental — da nação.

O "pacote" do sr. Bresser Pereira — que s. exa. imagina ser de centro-esquerda, pois apenas os "especuladores" — na verdade complementa o passo nacional-socialista dado pelo sr. Dílson Funaro. Não se acaba com a propriedade privada dos meios de produção e distribuição da riqueza. Ninguém é louco a ponto de pensar fazer coisa semelhante neste país em que o pronome mais empregado pela oligarquia e pela classe política é *meu*. Não se extingue a propriedade, mas se retira dos empresários a liberdade de escolher entre investir ou reforçar capital de giro; dos trabalhadores, a de decidir entre aumentar seu patrimônio, trabalhando em dois empregos, ou não o fazer, vivendo como asceta. Essas questões filosóficas interessam pouco aos burocratas, que só vêem os números com que supõem poder fechar o buraco negro da galáxia e só enxergam também a ganância dos especuladores e dos capitalistas. Falar de liberdade na corte do Kublai Khan é, no mínimo, demonstrar irrealismo. Por isso, a partir do momento em que o "pacote" for amarrado, o empresário só poderá investir (devendo endividar-se para manter seu capital de giro), o trabalhador só poderá ter um único emprego, e, o que é mais importante, aos brasileiros só será deixada livre a estreita estrada da clandestinidade.

O sr. Dílson Funaro, desorganizando a economia, obrigou boa parte da vida econômica a se tornar clandestina. Quando se imaginava que seria possível aos empresá-

rios e trabalhadores em geral voltarem a viver dentro da lei, o ministro Bresser Pereira os convida de novo a trilhar o caminho da ilegalidade. Nos países submetidos ao despotismo oriental é assim — e só não é assim se o Kublai Khan consegue ter um serviço de polícia tão grande e tão eficiente, que todos os impostos arrecadados são destinados a mantê-lo. Julgando-se diferente de Kublai Khan — e pela finura de trato seguramente o é —, o ministro Bresser Pereira não percebeu que vestiu a farda do marechal Goering, responsável pelo plano do III Reich. Vestiu, aliás, na hora certa, pois se o "pacote" tivesse sido amarrado um pouco antes os "amigos do rei", que ganharam empréstimos enormes para aumentar capital a fim de consertar as situações financeiras de suas empresas, talvez não os quisessem receber, pois teriam de pagar imposto sobre os recursos contratados. Daqui para a frente, como os "amigos" já foram atendidos, tudo será diferente.

Os mais alarmados com as medidas tributárias anunciam que os trabalhadores mais bem remunerados não terão como pagar os impostos devidos. Os menos alarmistas imaginam que ainda sobrá alguma coisa para que a vida dos brasileiros ainda possa continuar apazível. Todos sabem, no entanto, que o ministro Bresser Pereira decidiu esmagar o contribuinte pessoa física e retirar da pessoa jurídica a capacidade civil de decidir se investirá em atividades produtivas, aguardará que o horizonte clareie ou reforçará seu capital de giro.

A poupança forçada, que o povo brasileiro já aprendeu a fazer, deverá adquirir aspectos mais cruéis a partir desse "pacote". Mais cruéis porque o Estado avançou sobre a sociedade e dela retirou, além da liberdade de decidir, o pouco que restava de excedente econômico. O ministro se esqueceu, ao assim proceder, que ao sugar o sangue da sociedade (especialmente da pessoa física) retirará a seiva que alimenta o comércio e a produção. Estará, assim, matando a galinha dos ovos de ouro — o que o levará a novas e mais draconianas providências, quando perceber que suas promessas de cortar o déficit público vão ficar no papel, como a de todos os que o antecederam.

Uma última observação: publicou-se na sexta-feira que o aumento dos soldos dos militares, no ano próximo, será maior do que o esperado, especialmente para tenentes e capitães. Os felizes beneficiários deveriam recusar energicamente tal benesse, não só pelos aspectos morais da questão, mas sobretudo pelo lado tributário do problema: terão eles como pagar os impostos que o ministro vai querer arrecadar a todo custo, depois de alojar e alimentar suas famílias em meio a uma inflação que o governo não quer controlar?